



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — 1\$50

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se requebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre	120\$
A 1.ª série . . .	90\$	•	48\$
A 2.ª série . . .	80\$	•	43\$
A 3.ª série . . .	80\$	•	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10-112, do 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Rectificações à relação dos aditamentos e emendas ao regulamento para o serviço de encomendas postais, aprovado por decreto de 22 de Agosto de 1911, anexa ao decreto n.º 31:874.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Carta de Confirmação e Ratificação do acôrdo regulador das relações comerciais entre a colónia de Angola e a União da África do Sul.

pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, a relação dos aditamentos e emendas ao regulamento para o serviço de encomendas postais, aprovado por decreto de 22 de Agosto de 1911, anexa ao decreto n.º 31:874, determino que se façam as seguintes rectificações:

No artigo 5.º, alínea *d*), onde se lê: «Manuscrito» nas condições . . .», deve ler-se: «Manuscritos» nas condições . . .».

No artigo 7.º, § 2.º, alíneas *b*), *c*) e *d*), onde se lê: «Onerada com multa equivalente ao . . .», deve ler-se: «Onerada com uma multa equivalente ao . . .», e na alínea *g*), onde se lê: «... onerada com a taxa de reexportação;», deve ler-se: «... onerada com a taxa de reexpedição;».

Em 9 de Fevereiro de 1942.— *António de Oliveira Salazar.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Tendo sido publicada com inexactidões no *Diário do Governo* n.º 23, 1.ª série, de 28 de Janeiro de 1942,

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares

ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA, Presidente da República Portuguesa pelo voto da Nação:

Fazemos saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, no dia vinte e oito de Março de mil novecentos e quarenta e um, foi assinado na cidade do Cabo, pelos respectivos Plenipotenciários, um Acôrdo para regular as relações comerciais entre a colónia de Angola e a União da África do Sul, cujo teor é o seguinte:

Acôrdo regulador das relações comerciais entre a colónia de Angola e a União da África do Sul.

Os Governos Português, em relação a Angola, e da União da África do Sul, animados do desejo de promover e facilitar as relações comerciais entre Angola e a União da África do Sul, concordam no seguinte:

ARTIGO I

Os produtos naturais ou fabricados, originários de Angola, quando importados na

Agreement for regulating the commercial relations between the Union of South Africa and Angola.

The Government of the Union of South Africa and the Government of the Portuguese Republic in respect of Angola, being desirous of promoting and facilitating the trade relations between the Union of South Africa and Angola, have agreed as follows:

ARTICLE I

Articles, the growth, produce or manufacture of the Union of South Africa, when

Ooreenkoms ter reeling van die handelsbetrekkings tussen die Unie van Suid-Afrika en Angola.

Die Regering van die Unie van Suid-Afrika en die Regering van die Portugese Republiek ten opsigte van Angola, begerig om die handelsbetrekkings tussen die Unie van Suid-Afrika en Angola te bevorder en vergemaklik, het as volg ooreengekom:

ARTIKEL I

Artikels wat verbou, voortgebring of vervaardig is in die Unie van Suid-Afrika geniet,

União da África do Sul, seja directamente ou por intermédio de outro país cujos produtos análogos beneficiem na União de similares vantagens, gozarão, no que respeita a direitos aduaneiros e todas as taxas e encargos que incidam sobre géneros importados e nos assuntos relativos à aplicação de tais direitos, taxas e encargos, de tratamento não menos favorável do que estiver ou fôr concedido a artigos similares que sejam produtos naturais ou da indústria de qualquer outro país; mas estes artigos não gozarão dos benefícios ou favores derivados do tratamento preferencial já estabelecido ou a estabelecer pela União da África do Sul exclusivamente a favor dos membros da Comunidade Britânica (British Commonwealth of Nations) ou a qualquer possessão ou território que lhes pertença ou sob sua jurisdição, quer como protectorado, quer como território sob mandato.

ARTIGO II

Os produtos naturais ou fabricados originários da União da África do Sul, quando importados em Angola, gozarão, no que se refere a direitos aduaneiros, taxas ou encargos que incidam sobre mercadorias importadas e em tudo quanto respeite à aplicação de tais direitos aduaneiros, taxas e encargos, de tratamento não menos favorável do que o concedido a artigos similares que sejam produtos naturais ou da indústria de qualquer outro país, excepção feita dos benefícios que estiverem ou forem concedidos por Angola aos produtos de Portugal, Madeira, Açores e colónias portuguesas.

imported into Angola, shall enjoy, in respect of customs duties and other taxes and charges levied on imported goods and in all matters pertaining to the administration of such customs duties, taxes and charges, treatment not less favourable than that accorded to like articles, the growth, produce or manufacture of any other country, provided that such articles shall not be entitled to the privileges which are, or may hereafter be, accorded by Angola to the products of Portugal, Madeira, the Azores and the Portuguese Colonies.

ARTICLE II

Articles, the growth, produce or manufacture of Angola, when imported into the Union of South Africa either direct or from any other country whose like products enjoy similar benefits in the Union, shall enjoy, in respect of customs duties and all other taxes and charges levied on imported goods, and in all matters pertaining to the administration of such customs duties, taxes and charges, treatment not less favourable than that accorded to like articles, the growth, produce or manufacture of any other country; provided that such articles shall not be entitled to receive the privileges or favours flowing from preferential treatment already accorded, or in future to be accorded, by the Union of South Africa exclusively to any of the Members of the British Commonwealth of Nations or to any possession or territory to any of them belonging or to any territory under the jurisdiction of any such Member, either as a Protectorate or as a Mandated Territory.

by invoer in Angola, ten opsigte van invoerregte en ander belastings en heffings op ingevoerde goedere en in verband met alle sake betreffende die beheer van sulke invoerregte, belastings en heffings, 'n behandeling wat nie minder gunstig is as dié wat van toepassing is op soortgelyke artikels, wat verbou, voortgebring of vervaardig is in enige ander land, met dié verstande dat sulke artikels nie geregig sal wees op die voorregte wat nou verleen is, of hierna verleen mag word, deur Angola aan die produkte van Portugal, Madeira, die Asore of die Portugese Kolonies.

ARTIKEL II

Artikels wat verbou, voortgebring of vervaardig is in Angola, geniet, by invoer in die Unie van Suid-Afrika hetsy direk of van 'n ander land dié soortgelyke produkte waarvan gelyke voordele in die Unie geniet, ten opsigte van invoerregte en alle ander belastings en heffings op ingevoerde goedere, en in alle sake betreffende die beheer van sulke invoerregte, belastings en heffings, 'n behandeling wat nie minder gunstig is as dié wat op soortgelyke artikels, wat in enige ander land verbou, voortgebring of vervaardig is, van toepassing is; met dié verstande dat sulke artikels nie geregig sal wees op die voorregte of gunste wat voortvloei uit voorkeur wat alreeds verleen is, of in die toekoms verleen mag word, deur die Unie van Suid-Afrika uitsluitend aan een van die Lede van die Britse Gemenebes van Nasies of aan 'n besitting of gebied wat aan een van hulle behoort of aan 'n gebied onder die jurisdiksie van een van sulke Lede, hetsy as Protektoraat of as Mandaatgebied.

ARTIGO III

Não serão extensivas a Angola, por este acôrdo, as vantagens especiais que a União da África do Sul tenha concedido ou venha a conceder exclusivamente à Rodésia do Sul e à Rodésia do Norte, ou aos territórios de Basutolândia, Suazilândia e protectorado de Bechuanalândia ou à colónia de Moçambique, em virtude de acordos existentes ou que de futuro venham a ser celebrados entre a União da África do Sul e aqueles territórios.

ARTIGO IV

Os produtos naturais ou fabricados, originários dos territórios a que este acôrdo diz respeito, depois de importados em Angola, de uma parte, e na União da África do Sul, de outra parte, qualquer que seja a sua proveniência, gozarão, no que se refere a taxas, emolumentos e outros encargos que os respectivos Estados, autoridades locais ou quaisquer entidades ou corporações cobrarem em relação à distribuição, venda, consumo, transformação ou manipulação de tais produtos no interior do país, e nos assuntos relativos à aplicação de tais taxas, emolumentos e outros encargos, de tratamento não menos favorável do que o concedido a artigos similares que sejam produtos naturais ou da indústria de qualquer outro país.

ARTIGO V

Os Governos Contratantes obrigam-se reciprocamente a tornar extensivos entre si, automaticamente e sem compensação, os benefícios concedidos ou a conceder a qualquer outro país estrangeiro em matéria de processo, regulamentos, formalidades e encargos, estabelecidos ou impostos, quanto a restrições quantitativas ou a licenças de importação.

ARTIGO VI

Na hipótese de qualquer dos Governos Contratantes estabelecer ou manter qualquer forma de, superintendência no mercado cambial, tal superinten-

ARTICLE III

The benefit of any special advantages accorded, or which may hereafter be accorded, by the Union of South Africa exclusively to Southern and Northern Rhodesia, or to the territories of Basutoland, Swaziland and the Bechuanaland Protectorate, or to the Colony of Mozambique, by virtue of agreement now existing, or which may hereafter be concluded between the Union of South Africa and any of the said countries and territories will not, under the provisions of this Agreement, be extended to Angola.

ARTICLE IV

Articles, the growth, produce or manufacture of the territories of either contracting Government covered by this Agreement shall, after importation into the territories of the other, from whatever place arriving, enjoy, in respect of all taxes, fees and other charges levied by or on behalf of the State or local authority or any other body or corporation in connection with the internal distribution, sale, consumption or processing of such products, and in all matters pertaining to the administration of such taxes, fees and other charges, treatment not less favourable than that accorded to like articles, the growth, produce or manufacture of any other country.

ARTICLE V

The contracting Governments undertake to extend each to the other, automatically and without compensation, all favours granted to any other foreign country in all matters concerning the procedure, rules, formalities and charges enforced or imposed in connection with any quantitative restriction or licensing of imports.

ARTICLE VI

In the event of either contracting Government establishing or maintaining any form of foreign exchange control, such control shall be adminis-

ARTIKEL III

Die voordeel van enige spesiale gunsto wat deur die Unie van Suid-Afrika verleen is, of hierna verleen mag word, uitsluitend aan Suid- en Noord Rhodesie of aan die gebiede Basoetoeland, Swasiland, en die Betsjoeanaland Protektoraat of aan die Kolonie van Mosambiek, kragtens ooreenkoms wat tans bestaan of hierna gesluit mag word tussen die Unie van Suid-Afrika en een van die gemelde lande en gebiede, word onder die terme van hierdie Ooreenkoms nie aan Angola verleen nie.

ARTIKEL IV

Artikels wat verbou, voortgebring of vervaardig is in die gebiede van een van die kontrakterende Regerings wat deur hierdie Ooreenkoms gedek word, geniet, na invoer in die gebiede van die ander, waarvandaan hulle ook kom, ten opsigte van belastinge, regte en ander heffings, opgelê deur, of ten behoeve van, die Staat of plaaslike owerheid of enige ander liggaam of korporasie in verband met die distribusie, verkoop, verbruik of verwerking van sulke produkte binnelands, en in alle sake betreffende die beheer van sulke belastinge, regte en ander heffings, 'n behandeling wat nie minder gunstig is as dié wat van toepassing is op soortgelyke artikels wat in enige ander land verbou, voortgebring of vervaardig is.

ARTIKEL V

Die kontrakterende Regerings onderneem om mekaar outomaties en sonder vergoeding, alle gunste toe te staan wat verleen is aan enige ander vreemde land in alle sake betreffende die prosedure, reëls, formaliteite en heffings wat van krag is of opgelê word in verband met enige kwantitatiewe beperking of lisensiering van invoer.

ARTIKEL VI

Indien een van die kontrakterende Regerings 'n vorm van kontrole oor vreemde wissels instel of handhaaf, word sulke kontrole so beheer dat dit aan

dência será exercida por forma a assegurar ao comércio da outra parte uma cota equitativa e razoável na distribuição das cambiais.

ARTIGO VII

Os Governos Contratantes reservam-se, nos territórios a que se refere este acôrdo, o direito de proibir ou restringir a importação ou exportação de qualquer produto, pelo lançamento de direitos especiais ou outra forma, desde que tais proibições ou restrições sejam aplicadas ou mantidas também em relação a qualquer outro país onde prevaleçam motivos análogos que as justifiquem; mas aquelas, em caso algum, poderão constituir uma restrição disfarçada do intercâmbio comercial entre Angola e a União da África do Sul.

ARTIGO VIII

Os produtos naturais ou fabricados, originários e provenientes da União da África do Sul, em trânsito através de Angola, e os produtos naturais ou fabricados, originários e provenientes de Angola, em trânsito através da União da África do Sul, serão isentos de impostos de trânsito, exportação ou reexportação em Angola e na União da África do Sul, respectivamente; mas ficarão sujeitos a impostos portuários, de farolagem e de sêlo.

ARTIGO IX

O Governo da República Portuguesa, e o Governo da União da África do Sul permitirão o transporte de mercadorias e passageiros em embarcações da nacionalidade de qualquer das partes contratantes entre os respectivos territórios a que se refere este acôrdo. Essas embarcações, suas cargas e passageiros gozarão dos mesmos direitos e privilégios e não ficarão sujeitos a outros ou mais elevados direitos ou encargos que as embarcações, cargas ou passageiros da nação mais favorecida — ficando entendido que cada um dos Governos Contratantes pode conceder às suas embarcações nacionais (incluindo as suas cargas e passageiros) direitos e privilégios mais favoráveis

teréd so as to ensure that the commerce of the other party will be granted a fair and equitable share in the allotment of foreign exchange.

ARTICLE VII

Either Government may prohibit or restrict the importation into, or exportation from, its territories covered by this Agreement of any article, by the imposition of special duties or otherwise, provided that no such prohibition or restriction shall be imposed or maintained, unless it is imposed or maintained also in respect of any other country in regard to which like grounds for the application of such measures exist, and provided, further, that they do not constitute a disguised restriction on the mutual trade.

ARTICLE VIII

Articles, the growth, produce or manufacture of the Union of South Africa, passing in transit through Angola, and articles, the growth, produce or manufacture of Angola, passing in transit through the Union of South Africa, shall be exempt from transit, export or re-export duties in Angola and the Union of South Africa, respectively, but shall remain liable to port, lighthouse and stamp duty charges.

ARTICLE IX

The Government of the Union of South Africa and the Government of the Portuguese Republic shall permit, on the national vessels of each other, the conveyance of merchandise and passengers to and from their respective territories covered by this Agreement. Such vessels and their cargoes and passengers shall enjoy the same rights and privileges as, and shall not be subject to any other or higher duties or charges than, the vessels, cargoes, or passengers of the most-favoured-nation, — it being understood that each of the contracting Governments may accord to its national vessels (including their cargoes and passengers) rights and privileges more favourable than are accorded by

die handel van die ander party 'n redelike en billike aandeel in die toekenning van vreemde wissels verseker.

ARTIKEL VII

Elk van die Regerings mag die invoer in, of uitvoer uit, sy gebiede, wat deur hierdie Ooreenkoms gedek word, van enige artikel verbied of beperk deur die oplegging van spesiale regte of andersins; met dié verstande dat so 'n verbod of beperking nie opgelê of gehandhaaf word nie, tensy dit opgelê of gehandhaaf word ook in verband met 'n ander land ten opsigte waarvan gelyke redes vir die toepassing van sulke maatreëls bestaan; en met dié verstande verder, dat hulle nie 'n vermoede beperking op die onderlinge handel uitmaak nie.

ARTIKEL VIII

Artikels wat verbou, voortgebring of vervaadig is in die Unie van Suid-Afrika en deur Angola deurgevoer word, en artikels wat verbou, voortgebring of vervaadig is in Angola en deur die Unie deurgevoer word, is vrygestel van deursoer —, uitvoer — of heruitvoerregte in Angola en in die Unie van Suid-Afrika, onderskeidelik, maar bly onderhewig aan hawe —, vuurtoring — en seëlregte.

ARTIKEL IX

Die Regering van die Unie van Suid-Afrika en die Regering van die Portugese Republiek laat, op die nasionale skepe van mekaar, die vervoer toe van koopware en passasiers na en van hulle onderskeie gebiede wat deur hierdie Ooreenkoms gedek is. Sulke skepe, en hulle ladinge en passasiers, geniet dieselfde regte en voorregte, en is nie aan enige ander of hoër tariewe of heffings onderhewig nie as die skepe, ladinge of passasiers van die mees begunstigde nasie, — uitgaande van die verstandhouding dat elk van die kontrakterende Regerings aan sy nasionale skepe (insluitende hul ladinge en passasiers) gunstiger regte en voorregte mag verleen as dié wat deur hom

que os concedidos às embarcações nacionais (incluindo as suas cargas e passageiros) do outro Governo Contratante, e reserva-se o direito de limitar às embarcações nacionais o comércio (incluindo o transporte de passageiros) entre portos compreendidos nos respectivos territórios abrangidos neste acôrdo.

ARTIGO X

Qualquer divergência que possa suscitar a devida interpretação ou aplicação dêste acôrdo que não fôr resolvida diplomaticamente será, a pedido de qualquer dos Governos Contratantes, submetida ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional, excepto se os Governos Contratantes concordarem em submetê-la a qualquer outro tribunal ou a resolvê-la por outro processo.

ARTIGO XI

O Governo Português, em relação a Angola, e o Governo da União da África do Sul obrigam-se a adoptar todas as disposições e a promulgar todas as medidas legais necessárias para o exacto cumprimento dêste acôrdo e a não adoptar disposições nem a promulgar medidas legais que anulem ou diminuam os seus efeitos ou objectivo.

ARTIGO XII

As estipulações dêste acôrdo serão igualmente aplicáveis ao território sob mandato do Sudoeste Africano.

ARTIGO XIII

Êste acôrdo entrará em vigor vinte e um dias a contar da data da troca de ratificações e continuará em vigor até ser denunciado com três meses de aviso prévio por qualquer dos Governos Contratantes.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autoriza-

it to the national vessels (including their cargoes and passengers) of the other contracting Government, and reserves the right to confine to national vessels the trade (including the carriage of passengers) between ports within their respective territories covered by this Agreement.

ARTICLE X

Any dispute that may arise between the contracting Governments as to the proper interpretation or application of any of the provisions of the present Agreement, which they are unable to solve by diplomatic means, shall, at the request of either of them, be referred to the Permanent Court of International Justice, unless in any particular case the contracting Governments agree to submit the dispute to some other Tribunal or to dispose of it by some other form of procedure.

ARTICLE XI

The Government of the Union of South Africa and the Government of the Portuguese Republic, so far as concerns Angola, undertake to adopt all measures and to enact all laws that may be necessary for the exact fulfilment of the stipulations contained in this Agreement, and not to adopt measures and not to enact laws annulling or diminishing its effects or aims.

ARTICLE XII

The provisions of this Agreement shall also apply to the Mandated Territory of South-West Africa.

ARTICLE XIII

This Agreement shall come into force twenty-one days after the date of the exchange of ratifications and shall thereafter continue in force until the expiry of three calendar months from the date on which notice of termination shall have been given by either contracting Government.

In witness whereof the undersigned, duly authorized the-

aan die nasionale skepe (insluitende hul ladings en passasiers) van die ander kontrakterende Regering verleen word, en die reg voorbehou om die verkeer (insluitende die vervoer van passasiers) tussen hawes binne hulle onderskeie gebiede, wat deur hierdie Ooreenkoms gedek word, tot nasionale skepe te beperk.

ARTIKEL X

Enige geskil wat mag ontstaan tussen die kontrakterende Regerings omtrent die juiste uitleg of toepassing van een van die terme van hierdie Ooreenkoms, wat hulle nie langs diplomatieke weg kan oplos nie, word, op versoek van een van hulle, verwys na die Permanente Hof van Internasionale Regspraak, tensy in 'n besondere geval die kontrakterende Regerings ooreenkom om die geskil aan 'n ander Hof te onderwerp of om dit op 'n ander wyse te besleg.

ARTIKEL XI

Die Regering van die Unie van Suid-Afrika en die Regering van die Portugese Republiek, wat betref Angola, onderneem om alle maatreëls te tref en alle wette te maak wat nodig mag wees vir die behoorlike nakoming van die bedinge wat in hierdie Ooreenkoms opgeneem is en om geen maatreëls te tref of wette te maak, wat die uitwerking of oogmerke daarvan mag vernietig of verminder nie.

ARTIKEL XII

Die bepalinge van hierdie Ooreenkoms is ook van toepassing op die Mandaatgebied Suidwes-Afrika.

ARTIKEL XIII

Hierdie Ooreenkoms tree in werking 21 dae na die datum van uitwisseling van bekragtighings en bly daarna van krag tot na die afloop van drie kalendermaande na die datum af waarop kennisgewing van beëindiging deur een van die kontrakterende Regerings geger is.

Ter oorkonde waarvan die ondergetekendes, behoorlik

dos, assinaram este acôrdo na cidade do Cabo, aos vinte e oito do mês de Março de 1941, em triplicado, em português, inglês e afrikaans, tendo as três línguas igual força.

*J. C. Smuts.
R. Stuttaford.
J. B. Ferreira da Fonseca.
José de Almada.*

PROTOCOLO

No momento de se assinar o Acôrdo desta data, relativo às relações comerciais entre Angola e a União da África do Sul, os abaixo assinados, devidamente autorizados, concordam no seguinte:

As estipulações do Acôrdo precedente não prejudicam o direito que as partes contratantes se reservam de adoptar, de boa fé, enquanto durar a actual guerra, quaisquer medidas que se tornem necessárias por motivos de ordem militar ou para a salvaguarda de interesses vitais.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram o presente protocolo na cidade do Cabo, aos vinte e oito de Março de mil novecentos e quarenta e um, em triplicado, em português, inglês e afrikaans, tendo as três línguas igual força.

*J. C. Smuts.
R. Stuttaford.
J. B. Ferreira da Fonseca.
José de Almada.*

Tradução

Nota dirigida ao Dr. J. B. Ferreira da Fonseca pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.—Cape Town, 28 de Março de 1941.—Senhor Ministro.—Em referência ao acôrdo, assinado hoje, regulando as relações comerciais entre a União da África do Sul e Angola, tenho a honra de confirmar o seguinte:

a) O Governo da União da África do Sul obriga-se a transportar nos caminhos de ferro

reto, have signed this Agreement at Cape Town on this the twenty eighth day of March, 1941, in triplicate, in the English, Afrikaans and Portuguese languages, all three of which shall have equal force.

*J. B. Ferreira da Fonseca.
José de Almada.
J. C. Smuts.
R. Stuttaford.*

PROTOCOL

At the moment of signing the Agreement of this day's date regarding the commercial relations between the Union of South Africa on the one hand, and Angola on the other hand, the undersigned, being duly authorized thereto, have agreed as follows:

The provisions of the aforesaid Agreement shall in no way prejudice the right of either party to take, during the present war, in good faith, any steps which may be necessary on the grounds of military expediency or for the safeguarding of its vital interests.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Protocol at Cape Town on this the twenty eighth day of March, 1941, in triplicate, in the English, Afrikaans and Portuguese languages, all three of which shall have equal force.

*J. B. Ferreira da Fonseca.
José de Almada.
J. C. Smuts.
R. Stuttaford.*

Department of External Affairs.—Cape Town, 28th March, 1941.—*Monsieur le Ministre.*—With reference to the Agreement to regulate the commercial relations between the Union of South Africa and Angola, which has been signed to-day, I have the honour to place on record also the following facts:

a) The Government of the Union of South Africa undertake that when articles grown,

daartoe gemagtig, hierdie Ooreenkoms onderteken het te Kaapstad op hierdie ag-entwintigste dag van Maart 1941, in drievoud in Afrikaanse, Engelse en Portugese tekste, al drie waarvan van gelyke krag sal wees.

*J. B. Ferreira da Fonseca.
José de Almada.
J. C. Smuts.
R. Stuttaford.*

PROTOKOL

By die ondertekening van die Ooreenkoms van vandag se datum, wat die handelsbetrekings tussen die Unie van Suid Afrika aan die een kant, en Angola aan die ander kant, reël het die ondergetekendes, behoorlik daartoe gemagtig, as volg ooreengekom:

Die bepalinge van voornoemde Ooreenkoms benadeel in geen enkele opsig nie die reg van een van die partye om, gedurende die huidige oorlog, te goeier trou, enige stap te doen, wat vereis mag word op grond van militêre raadsaamheid of ter beskerming van sy lewensbelange.

Ter oorkonde waarvan die ondergetekendes, behoorlik daartoe gemagtig, hierdie Protokol onderteken het te Kaapstad op hierdie ag-entwintigste dag van Maart 1941, in drievoud in Afrikaanse, Engelse en Portugese tekste, al drie waarvan van gelyke krag sal wees.

*J. B. Ferreira da Fonseca.
José de Almada.
J. C. Smuts.
R. Stuttaford.*

Departement van Buitelandse Sake.—Kaapstad, 28 Maart 1941.—*Meneer die Minister.*—Met verwysing na die Ooreenkoms wat vandag onderteken is, ter reëling van die handelsbetrekings tussen die Unie van Suid-Afrika en Angola, het ek die eer om ook die volgende feite te boekstaaf:

a) Die Regering van die Unie van Suid-Afrika onderneem om waar artikels, in An-

sul-africanos os produtos naturais ou manufacturados de Angola quando forem importados na União, por caminho de ferro por via Mafeking, applicando-lhes a mesma tarifa ferroviária que a dos produtos similares naturais ou manufacturados da União. Significa portanto que os produtos de Angola que entrarem na União por caminho de ferro gozam das mesmas tarifas nos caminhos de ferro da União que as adoptadas para mercadorias semelhantes do Congo Belga, das Rodésias e da Niassalândia, quando entram na União por caminho de ferro, sendo as tarifas as mesmas que se applicam a produtos similares naturais ou manufacturados da União;

b) A farinha de peixe importada de Angola na União passará desde esta data a ser compreendida na tarifa 7, em vez da tarifa 2, como até aqui, pela Administração dos Caminhos de Ferro e Portos Sul-Africanos. Junto uma tabela donde constam as reduções que se vão efectuar, em virtude da classificação mais favorável;

c) O Governo de Angola concede ao carvão importado da União da África do Sul em Angola o direito aduaneiro de 2 por cento *ad valorem*, em vez do actual direito de 3,5 por cento *ad valorem*;

d) Compenetrados os dois Governos de que o intercâmbio de produtos entre a União e Angola pode ser facilitado por discussões razoavelmente frequentes e cabais sobre as necessidades dos dois países e sobre quaisquer dificuldades que possam surgir a respeito de produtos ou de negociantes, o Governo da União da África do Sul alvitra que o Governo de Angola encarregue um funcionário inteiramente conhecedor das condições económicas de visitar a União de tempos a tempos a fim de discutir esses assuntos com as repartições sul-africanas competentes. O Governo da União obriga-se a dar a este funcionário todas as facilidades que forem possíveis.

produced or manufactured in Angola are imported into the Union by rail via Mafeking, such articles will be carried over the South African Railways subject to the same railway tariffs as similar articles grown, produced or manufactured in the Union. (This means that products of Angola, when conveyed to the Union by rail, will enjoy the same railway tariffs over the South African Railways as like commodities produced in the Belgian Congo, the Rhodesias and Nyasaland, when conveyed by rail to the Union, the railway tariffs in respect of such goods being the same as are accorded to similar goods grown, produced or manufactured in the Union);

b) Fish meal imported into the Union from Angola will henceforth be included by the South African Railways and Harbours Administration under Rate 7 instead of under Rate 2 as heretofore. I attach a schedule illustrating the reductions which will be effected as a result of this more favourable classification;

c) The Government of Angola will extend to coal imported into Angola from the Union the customs duty rate of 2% *ad valorem* instead of the present rate of 3,5% *ad valorem*;

d) In view of the realization by both Governments of the fact that the reciprocal exchange of products between the Union and Angola is likely to be facilitated by a full and fairly frequent discussion of the requirements of both countries and of any difficulties that may concern particular products or traders, the Government of the Union of South Africa suggest that the Government of Angola might arrange for an officer who is fully conversant with such conditions to visit the Union from time to time, for the purpose of discussion with the South African department concerned. They undertake to accord to such officer every assistance that will be possible.

gola verbou, voortgebring of vervaardig, in die Unie per spoor oor Mafeking ingevoer word, sulke artikels op die Suid-Afrikaanse Spoorweë te vervoer teen dieselfde spoorwegtariewe as soortgelyke artikels wat in die Unie verbou, voortgebring of vervaardig is. (Dit beteken dat vir produkte van Angola wat per spoor na die Unie vervoer word, dieselfde spoorwegtariewe oor die Suid-Afrikaanse Spoorweë sal geld as die wat geld vir gelykoortige goedere, wat in die Belgiese Kongo, die Rhodesië en Niassaland vervaardig is, en na die Unie per spoor vervoer word, en dat die spoorwegtariewe vir laasgenoemde goedere dieselfde is as dié wat geld vir soortgelyke goedere wat in die Unie verbou, voortgebring of vervaardig is);

b) Vismeele, wat in die Unie uit Angola ingevoer word, sal voortaan deur die Suid-Afrikaanse Spoorweë en Hawens Administrasie onder tarief 7 in plaas van onder tarief 2 soos tot dusveer ingesluit word. Ek heg hierby aan 'n skedule waarin die vermindering, wat as gevolg van hierdie gunstiger klassifikasie aangebring is, aangetoon word;

c) Die Regering van Angola sal aan steenkool wat in Angola van die Unie ingevoer word, die doeanetarief van 2% *ad valorem* in plaas van die teenswoordige van 3,5% *ad valorem* verleen;

d) Met die oog op die feit dat beide Regerings besef dat die wederkerige uitwisseling van produkte tussen die Unie en Angola waarskynlik vergemaklik sal word deur volle en betreklik veelvuldige besprekings van die vereistes van beide lande of van moeikhede wat besondere produkte of handelaars raak, gee die Unie van Suid-Afrika aan die hand dat die Regering van Angola van tyd tot tyd 'n beampte wat goed op die hoogte is van sulke toestande, op besoek na die Unie stuur, met die doel om oorleg te pleeg met die betrokke Suid-Afrikaanse Departemente. Hulle onderneem om alle moontlike hulp aan so 'n beampte te verleen.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex.^a os protestos da minha mais alta consideração.

J. C. Smuts.

Dr. J. B. Ferreira da Fonseca, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of Portugal.—Cape Town.

Farinha de peixe

Aqui a seguir estão detalhes da tarifa existente (2) e da nova tarifa (7) relativamente a determinadas distâncias:

Tarifas ferroviárias, (excluindo os encargos do transporte por camiões):

Milhas	Tarifa 2 Por 2:000 libras	Tarifa 7 Por 2:000 libras
	£ s. d.	£ s. d.
50	1- 3-4	5-7
100	2- 5-0	7-9
200	4- 8-4	12-1
300	6- 1-8	16-0
400	7- 6-8	19-8
500	8- 6-8	1- 3-4
750	10-10-0	1- 9-1
1.000	11-18-4	1-12-4

Cape Town, 28 de Março de 1941.—*Senhor Ministro*.—Tenho a honra de acusar a recepção do officio de V. Ex.^a desta data, acompanhado duma tabela, segundo o qual fica convencionado entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul o seguinte:

a) O Governo da União da África do Sul obriga-se a transportar nos caminhos de ferro sul-africanos os produtos naturais ou manufacturados de Angola quando forem importados na União, por caminho de ferro por via Mafeking, applicando-lhes a mesma tarifa ferroviária que a dos produtos similares naturais ou manufacturados da União. Significa portanto que os produtos de Angola que entrarem na União por caminho de ferro gozam das mesmas tarifas nos cami-

Please accept, Monsieur le Ministre, the renewed assurance of my highest consideration.

J. C. Smuts, Minister of External Affairs.

Dr. J. de Barros Ferreira da Fonseca, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of Portugal.—Cape Town.

Fishmeal

Subjoined are particulars of the existing rate (2) and the new rate (7) over certain distances:

Rail rates (excluding cartage charges):

Miles	Rate 2 Per 2:000 lb.	Rate 7 Per 2:000 lb.
	£ s. d.	£ s. d.
50	1- 3-4	5-7
100	2- 5-0	7-9
200	4- 8-4	12-1
300	6- 1-8	16-0
400	7- 6-8	19-8
500	8- 6-8	1- 3-4
750	10-10-0	1- 9-1
1.000	11-18-4	1-12-4

Translation of the reply to the letter addressed by the Minister of External Affairs.—Cape Town, 28th March, 1941.—*Sir*.—I have the honour to acknowledge receipt of your letter of this date, with schedule attached, according to which the following is agreed between the Portuguese Government and the Government of the Union of South Africa:

a) The Government of the Union of South Africa undertakes that when articles grown, produced or manufactured in Angola are imported into the Union by rail via Mafeking, such articles will be carried over the South African Railways subject to the same railway tariffs as similar articles grown, produced or manufactured in the Union. (This means that the products of Angola when conveyed to the Union by rail, will enjoy the same railway tariffs over the South

Geliewe, Meneer die Minister, die hernude versekering van my besondere hoogagting te aanvaar.

J. C. Smuts, Minister van Buitelandse Sake.

Dr. J. de Barros Ferreira da Fonseca, Buttengewone Gesant en Gevolmagtigde Minister van Portugal.—Kaapstad.

Vismeel

Bygevoeg is besonderhede van die bestaande tarief (2) en die nuwe tarief (7) oor sekere afstande:

Spoorwegtariewe (uitgesonderd bestelloon):

Myle	Tarief 2 Per 2:000 lb.	Tarief 7 Per 2:000 lb.
	£ s. d.	£ s. d.
50	1- 3-4	5-7
100	2- 5-0	7-9
200	4- 8-4	12-1
300	6- 1-8	16-0
400	7- 6-8	19-8
500	8- 6-8	1- 3-4
750	10-10-0	1- 9-1
1.000	11-18-4	1-12-4

Gesantskap van Portugal.—Kaapstad, 28 Maart 1941.—*Meneer die Minister*.—Ek het die eer om die ontvangs te erken van u brief van vandag se datum, met die daarbygaande skedule, volgens welke die Portugese Regering en die Regering van die Unie van Suid-Afrika as volg ooreengekom het:

a) Die Regering van die Unie van Suid-Afrika onderneem om waar artikels, in Angola verbou, voortgebring of vervaardig, in die Unie per spoor oor Mafeking ingevoer word, sulke artikels op die Suid-Afrikaanse Spoorweë te vervoer teen dieselfde spoorwegtariewe as soortgelyke artikels wat in die Unie verbou, voortgebring of vervaardig is. (Dit beteken dat vir produkte van Angola wat per spoor na die Unie vervoer word, dieselfde spoorwegtariewe oor die

nhos de ferro da União que as adoptadas para mercadorias semelhantes do Congo Belga, das Rodésias e da Niassalândia, quando entram na União por caminho de ferro, sendo as tarifas as mesmas que se apliquem a produtos similares naturais ou manufacturados da União;

b) A farinha de peixe importada de Angola na União passará, desde esta data, a ser compreendida na tarifa 7, em vez da tarifa 2, como até aqui, pela Administração dos Caminhos de Ferro e Portos Sul-Africanos;

c) O Governo de Angola concede ao carvão importado da União da África do Sul em Angola o direito aduaneiro de 2 por cento *ad valorem*, em vez do actual direito de 3,5 por cento *ad valorem*;

d) Compenetrados os dois Governos de que o intercâmbio de produtos entre a União e Angola pode ser facilitado por discussões razoavelmente frequentes e cabais sobre as necessidades dos dois países e sobre quaisquer dificuldades que possam surgir a respeito de produtos ou de negociantes, o Governo da União da África do Sul alvitra que o Governo de Angola encarregue um funcionário inteiramente conhecedor das condições económicas de visitar a União de tempos a tempos a fim de discutir esses assuntos com as repartições sul-africanas competentes. O Governo da União obriga-se a dar a este funcionário todas as facilidades que forem possíveis.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex.^a os protestos da minha mais alta consideração.

J. B. Ferreira da Fonseca.

General The Right Honourable J. C. Smuts, K. C., Prime Minister and Minister of External Affairs of the Union of South Africa. — Cape Town.

African Railways as like commodities produced in the Belgian Congo, the Rhodesias and the Nyassaland when conveyed by rail to the Union, the railway tariffs in respect of such goods being the same as are accorded to similar goods grown, produced or manufactured in the Union);

b) Fish meal imported into the Union from Angola will henceforth be included by the South African Railways and Harbours Administration under rate 7 instead of under rate 2 as heretofore;

c) The Government of Angola will extend to coal imported into Angola from the Union the customs duty rate of 2% *ad valorem* instead of the present rate of 3,5% *ad valorem*;

d) In view of the realization by both Governments of the fact that the reciprocal exchange of products between the Union and Angola is likely to be facilitated by a full and fairly frequent discussion of the requirements of both countries and of any difficulties that may concern particular products or traders, the Government of the Union of South Africa suggest that the Government of Angola might arrange for an officer who is fully conversant with such conditions to visit the Union from time to time for the purpose of discussion with the South African departments concerned. They undertake to accord to such officer every assistance that will be possible.

Please accept, Sir, the renewed assurance of my highest consideration.

J. B. Ferreira da Fonseca.

General The Right Honourable J. C. Smuts, K. C., Prime Minister and Minister of External Affairs of the Union of South Africa. — Cape Town.

Suid-Afrikaanse Spoorweë sal geld as die wat geld vir gelyksoortige goedere, wat in die Belgiese Congo, die Rhodesië en Niassaland vervaardig is, en na die Unie per spoor vervoer word, en dat die spoorwegtariewe vir laasgenoemde goedere dieselfde is as dié wat geld vir soortgelyke goedere wat in die Unie, verbou. voortgebring of vervaardig is);

b) Vismeel, wat in die Unie uit Angola ingevoer word, sal voortaan deur die Suid-Afrikaanse Spoorweë en Hawens Administrasie onder tarief 7 in plaas van onder tarief 2 soos tot dusver ingesluit word;

c) Die Regering van Angola sal aan steenkool wat in Angola van die Unie ingevoer word, die doeanetarief van 2% *ad valorem* in plaas van die teenswoordige van 3,5% *ad valorem* verleen;

d) Met die oog op die feit dat beide Regerings besef dat die wederkerige uitwisseling van produkte tussen die Unie en Angola waarskynlik vergemaklik sal word deur volle en betreklik veelvuldige besprekings van die vereistes van beide lande of van moeilikhede wat besondere produkte of handelaars raak, gee die Unie van Suid Afrika aan die hand dat die Regering van Angola van tyd tot tyd 'n beampte wat goed op die hoogte is van sulke toestande, op besoek na die Unie stuur, met die doel om oorleg te pleeg met die betrokke Suid-Afrikaanse Departemente. Hulle onderneem om alle moontlike hulp aan so 'n beampte te verleen.

Geliewe, Eksellensie, die hernude versekering van my meeste hoogagting te aanvaar.

J. B. Ferreira da Fonseca.

Generaal die Hoogedelagbare J. C. Smuts, K. C., Eerste Minister en Minister van Buitelandse Sake van die Unie van Suid-Afrika. — Kaapstad.

Visto, examinado e considerado quanto se contém no referido Acôrdo, aprovado por decreto-lei número trinta e um mil trezentos e trinta e quatro, publicado no *Diário do Governo* número cento e quarenta e três, primeira série, de vinte e três de Junho de mil novecentos e quarenta e um, é pela presente Carta o mesmo Acôrdo confirmado e ratificado, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dado por firme e válido para produzir os seus efeitos e ser inviolavelmente cumprido e observado.

Em testemunho do que a presente Carta vai por mim assinada e selada com o sêlo da República Portuguesa.

Paços do Governo da República, aos cinco de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e dois.

A troca das Cartas de Ratificação efectuou-se em Lisboa, em cinco de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e dois.